

Demonstrações Financeiras

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

31 de dezembro de 2013
com Relatório dos Auditores Independentes

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais levantados	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.
São José dos Pinhais - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better
working world

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 04 de março de 2013, sem qualquer modificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2013, examinamos as reclassificações descritas na Nota Explicativa 4 que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Balancos patrimoniais levantados
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.026	4.536
Clientes	6	507	2.759
Clientes - Partes Relacionadas	6	6.348	4.710
Despesas antecipadas	7	813	759
Tributos a recuperar		-	35
Partes relacionadas	15	1	-
Outros créditos		176	101
Total do ativo circulante		15.871	12.900
Não Circulante			
Tributos diferidos	12.a	2.211	1.243
Depósitos judiciais	9	1.115	1.147
Partes relacionadas	15	-	3
Outras contas a receber	8	-	20.574
Imobilizado	10	13.015	12.156
Intangível	11	145.542	119.585
Total do ativo não circulante		161.883	154.708
Total do ativo		177.754	167.608

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Balancos patrimoniais levantados
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		9.472	3.623
Empréstimos	14	106.353	105.740
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	2.309	1.802
Obrigações sociais e trabalhistas		2.031	1.465
Partes relacionadas - fornecedores	15	3.411	3.082
Provisão para imposto de renda e contribuição social		784	1.514
Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar	18.d	133	74
Provisão para manutenção	16	9.328	8.361
Obrigações com poder concedente	17	1.763	1.504
Outras contas a pagar		1.479	1.259
Total do passivo circulante		<u>137.063</u>	<u>128.424</u>
Não circulante			
Provisão para manutenção	16	4.873	8.801
Provisão para perdas trabalhistas e cíveis	18	3.622	3.960
Partes relacionadas	15	-	160
Total do passivo não circulante		<u>8.495</u>	<u>12.921</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19.a	15.600	15.600
Reserva de lucros - legal	19.b	3.120	3.120
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	19.c	139	54
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	19.d	13.337	7.489
Total do patrimônio líquido		<u>32.196</u>	<u>26.263</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>177.754</u>	<u>167.608</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida	20	219.134	208.473
Custo dos serviços prestados	21	(101.966)	(87.726)
Lucro bruto		117.168	20.747
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas operacionais	21	(19.260)	(17.848)
Outras receitas, líquidas		(5)	-
		(19.265)	(17.848)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		97.903	102.899
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	647	1.175
Despesas financeiras	22	(11.203)	(9.030)
		(10.556)	(7.855)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		87.347	95.044
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	12.b	(30.351)	(31.728)
Diferidos	12.b	968	(168)
		(29.383)	(31.896)
Lucro líquido do exercício		57.964	63.148
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	23.a	3,72	4,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido do exercício	57.964	63.148
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>57.964</u>	<u>63.148</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Total
			Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2011		15.600	-	3.120	9.976	-	28.696
Opções outorgadas reconhecidas		-	54	-	-	-	54
Dividendos distribuídos (R\$0,64 por ação)	19.e	-	-	-	(9.976)	-	(9.976)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	63.148	63.148
Destinação do lucro:							
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,07 por ação)	19.e	-	-	-	-	(1.079)	(1.079)
Dividendos intermediários pagos (R\$3,50 por ação)	19.e	-	-	-	-	(54.580)	(54.580)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,48 por ação)	19.e	-	-	-	7.489	(7.489)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		15.600	54	3.120	7.489	-	26.263
Opções outorgadas reconhecidas			85				85
Dividendos distribuídos (R\$0,48 por ação)	19.e	-	-	-	(7.489)	-	(7.489)
Lucro líquido do exercício						57.964	57.964
Destinação do lucro:							
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,06 por ação)	19.e	-	-	-	-	(936)	(936)
Dividendos intermediários pagos (R\$2,80 por ação)	19.e	-	-	-	-	(43.691)	(43.691)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,88 por ação)	19.e	-	-	-	13.337	(13.337)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		15.600	139	3.120	13.337	-	32.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2013	31/12/2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	57.964	63.148
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	14.702	11.663
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	252	88
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e obrigações fiscais	9.419	7.383
Provisão para perdas trabalhistas e cíveis e atualização monetária	(338)	201
Provisão para manutenção	(2.961)	4.623
Plano de opção com base em ações	85	54
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(968)	-
Capitalização de juros	(190)	(672)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	614	(2.285)
Tributos a recuperar	35	4
Despesas antecipadas	(54)	15
Outros créditos, depósitos judiciais e outras contas a receber (Ver NE's 7, 8 e 9)	5.731	(2.098)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	5.849	(861)
Obrigações sociais e trabalhistas	566	372
Impostos, taxas e contribuições a recolher	507	(6)
Partes relacionadas - fornecedores	171	787
Outras contas a pagar	433	(1.000)
Imposto de renda e contribuição social	(730)	231
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	91.087	81.647
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(3.437)	(2.250)
Aquisição de intangível	(23.343)	(28.238)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(26.780)	(30.488)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obrigações com poder concedente	46	-
Captação de empréstimos	-	26.000
Pagamento de empréstimos	(3.214)	(5.500)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(52.057)	(65.641)
Juros pagos	(5.592)	(8.293)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(60.817)	(53.434)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.490	(2.275)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.536	6.811
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.026	4.536
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.490	(2.275)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia” ou “Companhia”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A concessão, pelo prazo inicial de 24 anos (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021), mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 28.

As demonstrações financeiras da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas sob responsabilidade da diretoria, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 24 de fevereiro de 2014.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

2.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.2. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Mensuração do valor justo--Continuação

- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Mensuração do valor justo--Continuação

A Companhia determina as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados e disponíveis para venda, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para distribuição em operação descontinuada. O comitê de avaliação compreende a liderança do segmento de propriedades para investimento, a liderança da equipe interna de fusões e aquisições da Companhia, a liderança do departamento de Administração de risco, diretores financeiros e gerentes de cada propriedade.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Hardware e equipamentos de pedágio 6 e 7 anos
- Máquinas e equipamentos 10 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Edificações 20 anos
- Outros 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Empréstimos e contas a receber
- Investimentos mantidos até o vencimento
- Investimentos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros disponíveis para venda--Continuação

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada - mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado - é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração do resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11. Transações envolvendo pagamento em ações

Os administradores da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Transações envolvendo pagamento em ações--Continuação

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.13. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.15. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013-- Continuação

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

3. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto, de 8,76% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação técnica de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na Nota Explicativa nº 28.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão--Continuação

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso da Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados, para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,76% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("*impairment*" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reclassificações efetuadas pela Administração da Companhia

A Administração da Companhia entende que a melhor forma de apresentação do Fluxo de Caixa seja a partir do Lucro Líquido, portanto, a Companhia passa a demonstrar seu Fluxo de Caixa a partir do Lucro Líquido e não mais do Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Para garantir a comparabilidade das informações, estamos rerepresentando a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os efeitos da rerepresentação da DFC estão demonstrados no quadro a seguir.

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	95.044	(95.044)	-
Lucro líquido	-	63.148	63.148
Imposto de renda e contribuição social pagos	(31.665)	31.896	231
Juros pagos	(8.293)	8.293	-
Demais variações	18.940	-	18.940
Total do fluxo de caixa das atividades operacionais	74.026	8.293	82.319
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(31.160)	-	(31.160)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros pagos	-	(8.293)	(8.293)
Demais variações	(45.141)	-	(45.141)
Total do fluxo de caixa das atividades de financiamento	(45.141)	(8.293)	(53.434)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(2.275)	-	(2.275)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reclassificações efetuadas pela administração da companhia--Continuação

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

<u>Balanço patrimonial</u>	<u>Originalmente divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
Passivo			
Circulante			
Obrigações com poder concedente	-	(1.504)	(1.504)
Outras contas a pagar	(2.763)	1.504	(1.259)
	<u>(2.763)</u>	<u>-</u>	<u>(2.763)</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos:		
Em moeda nacional	4.228	3.942
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	3.030	-
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	768	-
Compromissada	-	594
Total	<u>8.026</u>	<u>4.536</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “renda fixa – crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 91,12% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 3,29% em Operações Compromissadas, 5,15% em Letra Financeira (LF) e 0,44% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2013, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$768 (R\$0 em 31 de dezembro de 2012).

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Clientes

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico - partes relacionadas (*)	6.348	4.710
Pedágio eletrônico - outros	271	2.405
Cupons de pedágio	111	190
Receitas acessórias	125	164
	<u>6.855</u>	<u>7.469</u>

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de Administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". Vide nota explicativa nº 15.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de cliente, sendo que não há faturas vencidas na composição das contas a receber.

7. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$813 (R\$759 em 31 de dezembro de 2012), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), classificados no ativo circulante. Vide Nota Explicativa nº 27.

8. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de R\$20.574 referia-se a valores de seguros a receber provenientes das chuvas que ocorreram na região do litoral do Estado do Paraná, especialmente nos Municípios de Morretes, Antonina e Paranaguá, causando danos de elevada monta a estes e ao seu entorno no ano de 2011. A Rodovia BR-277 em seu segmento compreendido entre o km 41, região da Serra do Mar, e o km 8, acesso ao Município de Paranaguá, o qual está inserido no trecho concessionado, sofreu danos de médio a elevado portes, incluindo a perda total das pontes sobre os rios Jacaréí, km 18,1, e Sagrado I, km 24,2.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outras contas a receber--Continuação

A Companhia, conforme estipulado no contrato de concessão, mantém apólice de seguro a fim de garantir o ressarcimento dos valores despendidos na recuperação da infraestrutura rodoviária e manter a circulação de seus usuários. Esses valores estavam em processo de regulação pela Companhia junto a seguradora, sendo que em 31 de março de 2013 com base na melhor estimativa de negociações com a seguradora, a Companhia reclassificou o montante de R\$14.800 para o Intangível referentes aos investimentos realizados para recuperar as infraestruturas danificadas, restando um saldo a receber de R\$5.774, o qual foi totalmente recebido no exercício de 2013.

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo no início do exercício	1.147	1.042
Adições	59	386
Baixas	(181)	(501)
Atualização monetária	90	220
Saldo no final do exercício	<u>1.115</u>	<u>1.147</u>

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Hardware e equipamentos de pedágio	9,7	8.842	1.009	-	-	9.851	(6.036)	(911)	-	(6.947)	2.904	2.806
Maquinas e equipamentos	7,5	1.608	84	-	-	1.692	(1.008)	(124)	-	(1.132)	560	600
Móveis e utensílios	7,1	983	54	-	-	1.037	(535)	(72)	-	(607)	430	448
Terrenos	-	48	-	-	-	48	-	-	-	-	48	48
Edificações	4,8	13.097	-	-	-	13.097	(7.424)	(628)	-	(8.052)	5.045	5.673
Outros	7,7	4.710	1.103	(88)	-	5.725	(2.149)	(407)	-	(2.556)	3.169	2.561
		29.288	2.250	(88)	-	31.450	(17.152)	(2.142)	-	(19.294)	12.156	12.136

	Taxas médias anuais de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Hardware e equipamentos de pedágio	9,6	9.851	198	-	-	10.049	(6.947)	(952)	-	(7.899)	2.150	2.904
Maquinas e equipamentos	7,6	1.692	24	-	-	1.716	(1.132)	(130)	-	(1.262)	454	560
Móveis e utensílios	7,8	1.037	147	-	-	1.184	(607)	(87)	-	(694)	490	430
Terrenos	-	48	-	-	-	48	-	-	-	-	48	48
Edificações	4,7	13.097	68	-	-	13.165	(8.052)	(623)	-	(8.675)	4.490	5.045
Outros	7,4	5.725	3.000	(252)	-	8.473	(2.556)	(534)	-	(3.090)	5.383	3.169
		31.450	3.437	(252)	-	34.635	(19.294)	(2.326)	-	(21.620)	13.015	12.156

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos (vide Nota Explicativa nº 14) ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados encargos financeiros de R\$190 (R\$672 em 31 de dezembro de 2012).

Ao final de cada exercício, a Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo			Amortização			Residual		
		Saldos em 31/12/2011	Adições(**)	Transferências	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
		Contratos de concessão Intangível em andamento	(*)	159.792	15.932	6.076	181.800	(64.208)	(9.414)	(73.622)
Softwares de terceiros	-	4.383	12.964	(6.076)	11.271	-	-	-	11.271	4.383
	13,1	812	14	-	826	(583)	(107)	(690)	136	229
		164.987	28.910	-	193.897	(64.791)	(9.521)	(74.312)	119.585	100.196

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo			Amortização			Residual		
		Saldos em 31/12/2012	Adições(**)	Transferências	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
		Contratos de concessão Intangível em andamento	(*)	181.800	37.814	11.494	231.108	(73.622)	(12.280)	(85.902)
Softwares de terceiros	-	11.271	458	(11.494)	235	-	-	-	235	11.271
	11,2	826	61	-	887	(690)	(96)	(786)	101	136
		193.897	38.333	-	232.230	(74.312)	(12.376)	(86.688)	145.542	119.585

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2013 é 6,12% (5,61% em 31 de dezembro de 2012).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária.

(**) Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 8, em 31 de março de 2013 foram reclassificados para o Intangível R\$14.800 que não afetaram o caixa por se tratar de desembolsos realizados no ano de 2011.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>Balço patrimonial</u>		<u>Resultado</u>
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.232	1.347	(115)
Regime Tributária de Transição (RTT) (*)	960	(111)	1.071
Provisão para férias e encargos diretores	19	7	12
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	<u>2.211</u>	<u>1.243</u>	
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferido			<u>968</u>

(*) RTT contempla ICPC-01, AVP Ônus da Concessão e Juros capitalizados;

Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.243
Receita/(despesa) de imposto de renda reconhecido no resultado	<u>968</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.211

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	-	193
2014	323	193
2015	323	193
2016	323	193
2017	323	193
Após 2017	919	278
	<u>2.211</u>	<u>1.243</u>

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.347	95.044
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(29.698)	(32.315)
Juros sobre o capital próprio	318	367
Outros	(3)	52
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(29.383)	(31.896)
Imposto de renda e da contribuição social - correntes	(30.351)	(31.728)
Imposto de renda e da contribuição social - diferidos	968	(168)

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto sobre faturamento:		
ISS	894	814
Cofins	538	490
PIS	116	106
ISS na fonte	281	103
Outros impostos	480	289
	2.309	1.802

14. Empréstimos

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Em moeda nacional:				
Capital de giro (a)	Dezembro de 2013	110,0% do CDI	-	44.312
Capital de giro (c)	Dezembro de 2013	112,5% do CDI	-	26.116
Capital de giro (d)	Novembro de 2014	108,0% do CDI	35.403	
Capital de giro (e)	Novembro de 2014	108,4% do CDI	26.168	-
Capital de giro (b)	Outubro de 2013	114% do CDI	-	35.312
Capital de giro (b)	Outubro de 2014	108,4% do CDI	44.782	-
			106.353	105.740

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	105.740	86.150
Captação de empréstimos	-	26.000
Encargos financeiros	9.419	7.383
Pagamento do principal	(3.214)	(5.500)
Pagamento de juros	(5.592)	(8.293)
Saldo final	106.353	105.740

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos--Continuação

	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Aval da Companhia.
(b)	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.
(c)	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(d)	Banco HSBC	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(e)	Banco Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.

15. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial		Ativo			Passivo
Companhia	Natureza	Contas a receber	Créditos diversos	Intangível	Contas a pagar
Circulante:					
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	-	3.078
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controladora	-	-	-	15
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	296	44
CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	4.701	274
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (d)	Outras partes relacionadas	6.348	-	-	-
Não circulante:					
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	1	-	-
Total em 31 de dezembro de 2013		6.348	1	4.997	3.411
Total em 31 de dezembro de 2012		4.710	3	2.140	3.242

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas--Continuação

<u>Demonstração de resultado</u>		Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Companhia	Natureza		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	12.992	6.751
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) (d)	Outras partes relacionadas	17	-
Total em 31 de dezembro de 2013		<u>13.009</u>	<u>6.751</u>
Total em 31 de dezembro de 2012		<u>12.348</u>	<u>6.430</u>

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$19.743, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$27.101, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2013, há um saldo de serviços a realizar de R\$24.703. Os saldos em aberto a pagar R\$318 (sobre os serviços já realizados), tem vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O saldo refere-se a transferências de funcionários que ocorreram em dezembro de 2013.
- (d) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de Administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo a receber de R\$6.348 corresponde ao pedágio eletrônico, tem vencimentos de até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidas garantias e avais.
- (e) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de despesas administrativas com sua controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., com o objetivo de receber o rateio de custos e despesas comuns à sua controladora e a Companhia na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato é 31 de dezembro de 2014.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos administradores--Continuação

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 em R\$975 (R\$540 em 31 de dezembro de 2012).

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Salários e ordenados	380	213
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 19.c)	85	54
Previdência privada	10	9
Benefícios diretos e indiretos	109	174
	584	450

16. Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão de manutenção referem-se estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com a taxa de 8,76% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrado a seguir.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para manutenção--Continuação

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue:

	31/12/2011	Adição	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para manutenção	29.755	8.772	-	-	38.527
Efeito a valor presente sobre a constituição	(6.108)	(1.547)	-	-	(7.655)
Realização da manutenção	(14.002)	-	(3.469)	-	(17.471)
Ajuste a valor presente - realizações	2.894	-	-	867	3.761
	<u>12.539</u>	<u>7.225</u>	<u>(3.469)</u>	<u>867</u>	<u>17.162</u>
Circulante	<u>1.512</u>				<u>8.361</u>
Não circulante	<u>11.027</u>				<u>8.801</u>
	31/12/2012	Adição	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para manutenção	38.527	11.476	-	-	50.003
Efeito a valor presente sobre a constituição	(7.655)	(1.262)	-	-	(8.917)
Realização da manutenção	(17.471)	-	(13.911)	-	(31.382)
Ajuste a valor presente - realizações	3.761	-	-	736	4.497
	<u>17.162</u>	<u>10.214</u>	<u>(13.911)</u>	<u>736</u>	<u>14.201</u>
Circulante	<u>8.361</u>				<u>9.328</u>
Não circulante	<u>8.801</u>				<u>4.873</u>

17. Obrigações com poder concedente

	31/12/2013	31/12/2012
Verba de Fiscalização (a)	213	201
Verba Polícia Rodoviária (b)	1.550	1.504
	<u>1.763</u>	<u>1.705</u>

- (a) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2013 o valor atualizado mensal é de R\$213 (R\$201 em 31 de dezembro de 2012)
- (b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para perdas trabalhistas e cíveis

A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	2.794	965	3.759
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	367	133	500
(-) Pagamentos	(104)	(500)	(604)
(+) Atualização monetária	244	61	305
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.301	659	3.960
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	3.301	659	3.960
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(150)	28	(122)
(-) Pagamentos	(166)	(342)	(508)
(+) Atualização monetária	267	25	292
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.252	370	3.622

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$2.064 em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.404 em 31 de dezembro de 2012), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2013, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$1.945 (R\$845 em 31 de dezembro de 2012), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social é de R\$15.600, representado por 15.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo é de R\$3.120, sendo este saldo o limite de constituição de reserva legal.

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e funcionários do Grupo Ecorodovias. O Conselho de Administração da Ecorodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Ecorodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 68.208 ações ordinárias, como segue:

<u>Data</u>	<u>3ª outorga 25/04/2012</u>	<u>4ª outorga 25/04/2013</u>
Quantidade de opções de ações	20.667	47.541
Preço de período - R\$ por ação	R\$13,58	R\$17,51
Índice de reajuste	IPCA	IPCA

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2013, foi registrado na rubrica "Plano de opção com base em ações" o valor de R\$85 (R\$54 em 31 de dezembro de 2012).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>3ª outorga</u>	<u>4ª outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	-
Outorgadas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-
Outorgadas	20.667	-	20.667
Em 31 de dezembro de 2012	20.667	-	20.667
Outorgadas	-	47.541	47.541
Em 31 de dezembro de 2013	20.667	47.541	68.208

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio de período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2014	17,22	17.051	2,17	37	11 meses
2015	17,22	17.051	2,93	50	23 meses
2016	17,22	17.054	3,50	60	35 meses
2017	19,39	11.886	4,90	58	47 meses
		63.042	3,37	205	

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio que totalizaram R\$52.057 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, dos quais R\$7.489 referentes ao lucro do exercício de 2012; R\$74 juros sobre capital próprio referente 2012; R\$43.691 dividendos intermediários do exercício de 2013; e R\$803 juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2013.

O saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2013 é de R\$133 (R\$74 em 31 dezembro de 2012).

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos são como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido do exercício	57.964	63.148
Base de cálculo dos dividendos	<u>57.964</u>	<u>63.148</u>
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	(43.691)	(54.580)
Juros sobre o capital próprio pagos	(936)	(1.079)
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	<u>13.337</u>	<u>7.489</u>

20. Receita líquida

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	95.919	97.404
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	71.253	61.827
Vale-pedágio	40.887	36.417
	<u>208.059</u>	<u>195.648</u>
Receitas de construção (vide nota explicativa nº26)	27.908	28.744
Receitas acessórias (b)	1.254	1.079
Receita bruta	<u>237.221</u>	<u>225.471</u>
Deduções de receita bruta (c)	(18.087)	(16.998)
Receita líquida	<u>219.134</u>	<u>208.473</u>

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita líquida--Continuação

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico;
- (b) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros;
- (c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue o quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	208.059	195.648
Receitas acessórias	1.254	1.079
	209.313	196.727
Deduções		
Cofins (3%)	(6.279)	(5.902)
PIS (0,65%)	(1.361)	(1.279)
ISS (2% a 5%)	(10.441)	(9.817)
Descontos e abatimentos	(6)	-
	(18.087)	(16.998)

21. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pessoal	11.473	9.852
Conservação e manutenção	17.851	10.647
Serviços de terceiros (*)	30.141	28.867
Seguros (vide Nota Explicativa nº 27)	1.201	1.149
Poder concedente	2.586	2.222
Locação de imóveis e máquinas	1.086	1.058
Provisão para manutenção	10.214	7.225
Custos com construção	27.908	28.744
Depreciações e amortizações	14.702	11.663
Outros custos e despesas operacionais	4.064	4.147
	121.226	105.574
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	101.966	87.726
Despesas gerais e administrativas	19.260	17.848
	121.226	105.574

- (*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções e serviços de consultoria e assessoria.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	553	1.055
Outras	94	120
	647	1.175
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(9.419)	(7.383)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(736)	(867)
Outras	(1.048)	(780)
	(11.203)	(9.030)
Resultado financeiro	(10.556)	(7.855)

23. Lucro por ação

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	57.964	63.148
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	15.600	15.600
Lucro básico por ação das operações continuadas	3,72	4,05

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a Administração de participação nos resultados a seus empregados vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício de 31 de dezembro de 2013, a PLR foi de R\$757 (R\$389 em 31 de dezembro de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e obrigações com poder concedente detalhados na Notas Explicativas nº 14 e 17, deduzidos pelo caixa e bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) *Exposição a riscos cambiais*

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por operações compromissadas, remuneradas a taxas de 101,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme Nota Explicativa nº 14.

Os índices de endividamentos são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dívida (a)	107.903	107.244
Caixa e equivalentes de caixa	(8.026)	(4.536)
Dívida Líquida	99.877	102.708
Patrimônio Líquido (b)	32.196	26.263
Índice de endividamento líquido	3,10	3,91

(a) A dívida é definida como empréstimos circulantes e obrigações com poder concedente, conforme detalhados nas Notas Explicativas nº 14 e 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

- Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	4.228	4.228
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	6.855	6.855
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	3.798	3.798
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	9.472	9.472
Empréstimos (iii)	Outros passivos financeiros	106.353	106.353

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Considerações gerais--Continuação

- i. Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- ii. Os saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas do balanço patrimonial.
- iii. Calculados por meio de fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas da BM&F em 30 de dezembro de 2013, com base nas parcelas a vencer.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de crédito--Continuação

Concentração de risco de crédito--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) de R\$6.348 (R\$4.710 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2014
Capital de giro	108% do CDI	116.132

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de variação nas taxas de juros--Continuação

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador dos empréstimos contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	316	237	158
Juros sobre empréstimos	Alta do CDI	(11.587)	(14.011)	(16.439)
Juros a incorrer		(11.271)	(13.774)	(16.281)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (*)	10,25%	12,81%	15,38%

(*) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

A referida taxa utilizada para as projeções de mercado foi extraída das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Plano de previdência privada

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o funcionário contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregados. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$88 (R\$66 em 31 de dezembro de 2012), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

27. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2013, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura R\$ mil
"All Risk" - responsabilidade civil	Agosto de 2013 a agosto de 2014	211.982
Seguro-garantia	Novembro de 2013 a novembro de 2014	90.392
"All Risk" - perda de receita	Agosto de 2013 a agosto de 2014	213.567
"All Risk" - patrimoniais	Agosto de 2013 a agosto de 2014	675.753
"All Risk" - engenharia	Agosto de 2013 a agosto de 2014	16.141
Veículos	Fevereiro de 2013 a fevereiro de 2014	Tabela Fipe

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Contratos de concessão

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- (c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato.
- (d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao final do contrato.
- (e) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Contratos de concessão--Continuação

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção	27.908	28.744
Custos de construção	(27.908)	(28.744)
	-	-

A Companhia estima montante relacionado, em 31 de dezembro de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de concessão. Esse valor poderá ser alterado em razão de adequação contratual e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	Previsão de 2014 a 2021
Melhorias na infraestrutura	151.439
Conservação especial (manutenção)	60.751
Equipamentos	10.218

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Contratos de concessão--Continuação

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2013 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI deve encerrar-se em março de 2014.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como quanto à publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.